



O Emprego da Inteligência em Apoio as Operações de Informação - Estudo de Caso da Operação Humaitá

Paulo César Pasini¹

Marcelo Ferraz dos Reis²

ABSTRACT

This paper presents a study case on the role of combat intelligence and its interrelation with the capabilities related to information (CRI), Support Operations Information (IOS) and Public Relation during HUMAITÁ Operation. The employment of intelligence in Military Operations is one of the activities contained in the Brazilian Army. It is, usually performed in military operations involving the operations of land forces against an opponent fully defined military doctrine. However, Brazilian Army has been increasing its participation interagency operations and subsidiary support operations shares or logistics cooperation which, in turn, show the importance of using all available CRI to facilitate the identification of threats and opportunities. Considering the recent technological and doctrinal advances of Land Forces and the increasing of using of talk

about radios, telephones, tablets and many other devices to access social media by population, grows the importance of this work in order to highlighting the relevance of the interrelationship of intelligence, CRI, IOS and Public Relation in the context of the Information Operations. Finally, it shows how the Intelligence maximizes combat power of the Commander of all levels, especially the tactical level, for better understanding of the operating environment. At last, it concludes that the Information Operations should be employed to ensure the domain of Informational Environment by Military Forces and integration capabilities seeking synergy of efforts in the field of information.

Keywords: Intelligence, Capabilities Related to Information (CRI), Information Operations, Knowledge production and integration of CRI.

1 Oficial de Comunicações do Exército Brasileiro - Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Mestre em Operações Militares - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e Pós-graduado em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

2 Oficial de Comunicações do Exército Brasileiro - Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Mestre em Operações Militares - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); e Pós-graduado em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).



RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre a função de combate Inteligência e a sua interrelação com as Capacidades Relacionadas à Informação (CRI) Operações de Apoio a Informação (OAI) e Comunicação Social (Com Soc) durante a Operação HUMAITÁ. O emprego da Inteligência nas Operações Militares é uma das atividades que constam da doutrina militar do Exército Brasileiro (EB), normalmente executado nas operações militares que envolvam a atuação da Força Terrestre contra um oponente plenamente definido. Entretanto, o EB está participando, cada vez mais, de operações interagências e operações de suporte a ações subsidiárias ou à cooperação logística que, por sua vez, denotam a importância da utilização de todas as CRI disponíveis para facilitar a identificação das ameaças e oportunidades. Ao considerar-se os recentes avanços tecnológicos e doutrinários da Força Terrestre e a utilização cada vez maior de rádios *talk about*, aparelhos telefônicos, *tablets* e de diversos outros equipamentos de acessos a mídias sociais pela população, cresce de importância o presente trabalho, a fim de se destacar a importância da interrelação da Inteligência, das CRI, OAI e Com Soc no contexto das Operações de Informação (Op Info). Finalmente, constata-se que a Inteligência maximiza o poder de combate do comandante de qualquer nível, com destaque no nível tático, para a melhor compreensão do ambiente operacional. Conclui-se, também, que as Operações de Informação devem ser empregadas para garantir às forças militares o domínio do

Ambiente Informacional e a integração de capacidades buscando sinergia de esforços no domínio da informação.

Palavras-chave: Inteligência, Capacidades Relacionadas à Informação (CRI), Operações de Informação, Produção do conhecimento e Integração das CRI.

1. INTRODUÇÃO

A Era da Informação e do Conhecimento permitiu que a digitalização atingisse todos os campos de poder de uma Nação, facilitando o surgimento de oportunidades para a implementação de sinergias entre todas as esferas envolvidas. Essa busca de iniciativas políticas, estratégicas e operacionais de integração decorre da complexidade dos sistemas que se proliferaram nos vários setores e da combinação das telecomunicações com a informática, o que aumentou substancialmente a velocidade com que a informação é produzida, disponibilizada e armazenada.

A conjuntura acima descrita, facilitada pela globalização, permitiu que todos os países direcionassem a condução e o emprego de suas Forças Armadas (FA) para obterem a informação decisiva no momento adequado, de modo a alcançar vantagem sobre o adversário. Essa mudança de perspectiva dos conflitos armados decorre do contínuo aumento de grupos transnacionais e/ou insurgentes, os quais, com ou sem apoio político e material de outros atores globais, ampliaram o caráter difuso das ameaças a serem enfrentadas com o emprego de Forças de Defesa e Segurança. (BRASIL, 2014, p. 2-1)



Os ministérios e/ou departamentos de defesa foram influenciados a elaborarem planejamentos de emprego conjunto de suas FA com as diversas agências e órgãos de todas as esferas, visando preservar ao máximo as vidas dos efetivos militares e civis presentes na Área de Operações (A Op). Nesse complexo cenário de integração sincronizada de combinações dos diversos tipos de sensores com capacidades e métodos específicos de comprometer os atributos da segurança da informação que estejam baseadas em qualquer sistema, quer seja ele um meio físico (documento, local-alvo em um ambiente, foto e outros), informatizado, de telecomunicações ou no próprio homem, deu origem as Operações de Informação (Op Info). Isso significa que as Op Info atuam sobre os campos cognitivo, informacional e físico da informação do oponente. (BRASIL, 2006, p. 41)

As Op Info visam afetar diretamente a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade (MANDARINO, 2010, p. 50), atuando sobre os processos e os sistemas dos meios anteriormente elencados, podendo, em alguns casos, quando bem focalizadas e devidamente coordenadas, impedir o conflito armado. Além disso, as Op Info fornecem opções estratégicas ao nível político e alternativas operacionais e/ou táticas aos comandantes protegendo as forças amigas e os respectivos processos e sistemas de tomada de decisão dos elementos da Força Terrestre (F Ter) de um Teatro de Operações/Área de Operações (TO/A Op), quando ativado(a) (BRASIL, 2014c, p. 3-1).

A evolução da doutrina de Op Info passou a ocorrer em diversos Estados, como no Brasil, nos Estados Unidos da América (EUA) e no continente europeu. Concomitantemente a reformulação doutrinária, eles passaram a adotar também uma doutrina de Op Interagências visando conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos comuns, a fim de evitar a duplicidade de ações e a dispersão de recursos em áreas divergentes pelos diversos órgãos empregados (BRASIL, 2013, p. 1-2). Esta nova realidade está gerando constante aperfeiçoamento na relação de poder entre os Estados, principalmente agora, com o emprego das FA em ambientes que contam cada vez mais com a presença da população civil, o que reduz a possibilidade de identificar o oponente e requer o emprego de novas capacidades de combate para reduzir os efeitos colaterais.

Nesse espectro de integração de Operações de Informação e Operações Interagências, esse trabalho realiza um estudo de caso sobre a Operação HUMAITÁ, realizada pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva (17ª Bda Inf SI), Porto Velho/RO, no período compreendido entre 24 de dezembro de 2013 e 13 de fevereiro de 2014.

O Exército Brasileiro (EB), por intermédio da 17ª Bda Inf SI, recebeu a missão de prover o apoio a Órgãos de Segurança Pública (OSP), sob o enfoque de Operação de Suporte (BRASIL, 2007, p. 181) com atribuições subsidiárias de assistência militar a Operação HUMAITÁ, deflagrada com o objetivo de cumprimento a cinco mandados de prisão temporária de indígenas da



etnia “Tenharim”, que habitam o território localizado entre os quilômetros 100 e 150 da BR-230, a Rodovia Transamazônica (POLÍCIA FEDERAL, 2014). O apoio foi realizado em prol das investigações da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), por ocasião das investigações sobre o desaparecimento de três civis, no dia 16 de dezembro de 2013, na altura da aldeia “Taboca” (km 125, da BR 230). O crime teve repercussão nacional no final do dezembro de 2013 e provocou manifestações da comunidade não-indígena contra os índios desta tribo, culminando com a destruição de carros e instalações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Humaitá/AM. Essas manifestações foram decorrentes da população da cidade ter ficado inconformada com a demora do início das investigações e, assim, ter promovido incêndio e depredação do patrimônio público naquela cidade, na noite de 25 de dezembro de 2013.

Essa operação reuniu tropas do EB, agências federais e estaduais, equipe interministerial da Presidência da República (PR), dentre outros atores, como a população não-indígena e a população indígena. Diante desse quadro de atores tão diverso, percebe-se a importância do emprego das capacidades relacionadas ao domínio da informação, com especial destaque para a atividade de Inteligência, ferramenta fundamental para a condução da narrativa nos quatro níveis (político, estratégico, operacional e tático), visando assessorar a

aquisição de consciência situacional pelo Comandante da Brigada.

Esse artigo está delimitado na realização de um estudo de caso sobre o emprego da Inteligência durante a Operação HUMAITÁ, no período de 24 de dezembro de 2013 a 13 de fevereiro de 2014, sob a ótica das Operações de Informação.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as oportunidades (capacidades e limitações) surgidas para o emprego das Capacidades Relacionadas à Informação, durante essa Op, e a sua difusão oportuna pela função de combate Inteligência.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Pressupostos Teóricos

O manual Doutrina Militar Terrestre, dentro do assunto das principais implicações para o emprego da Força Terrestre, aborda que:

“As Operações de Informação (Op Info) consistem em um trabalho metodológico e integrado de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações oponentes na Dimensão Informacional.” (BRASIL, 2014a, p. 7-3)

O Manual Operações menciona que a informação, na Era do Conhecimento, influencia o comportamento dos atores envolvidos nos conflitos, ou seja: a mídia, os atores civis não-combatentes, os grupos e organizações presentes em áreas conflagra-

das, o público de massa – nacional e internacional – e os dirigentes e líderes em todos os níveis. Dessa forma, os Comandantes (Cmt) de todos os níveis devem empregar

as Op Info para identificar a interferência da dimensão informacional no ambiente operacional, conforme apresentado na Figura 1.

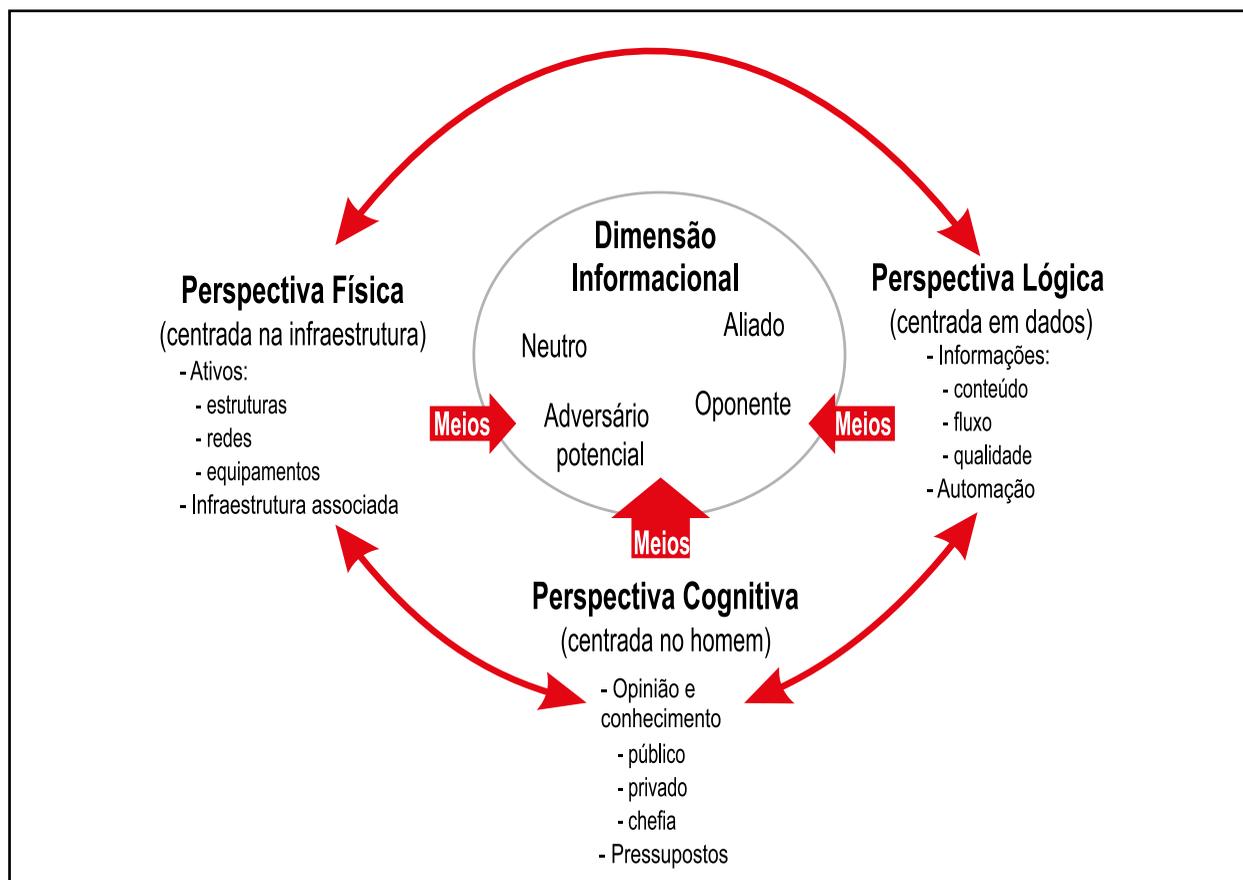


Figura 1: A Dimensão Informacional do Ambiente Operacional
Fonte: BRASIL, 2014b, p. 6-9

Nesse sentido, o Manual de Operações de Informação, descreve as Capacidades Relacionadas à Informação (CRI) como “aptidões requeridas para afetar a capacidade de oponentes ou potenciais adversários de orientar, obter, produzir e/ou difundir informações, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional (física, cognitiva ou lógica)”. (BRASIL, 2014c, p. 2-7) Além disso, menciona que os oponentes podem

utilizar as CRI para obter vantagens na dimensão informacional, as quais possibilitam, ainda, maximizar o potencial do comandante de influenciar públicos-alvo adversários, afetando ou obstando o processo de tomada de decisão dos oponentes. Portanto, devem ser levadas em consideração no planejamento, preparação e execução das operações militares, a serem realizadas. Para que o Cmt possa considerar isso, ele descreve que as Op Info



“... contribuem para a obtenção da Superioridade de Informações e integram capacidades relacionadas à informação, destacando-se: a Comunicação Social (Com Soc); as Operações de Apoio à Informação (OAI); a Guerra Eletrônica (GE); a Guerra Cibernética (G Ciber); e a Inteligência (Intlg)” (BRASIL, 2014c, p. 3-1).

No intuito de inserir a Inteligência nas Op Info o manual Operações são apresentadas as seguintes definições

“Inteligência é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar a compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno e as considerações civis. Com base nas diretrizes do comandante, executa as tarefas associadas às operações de Inteligência, Vigilância, Aquisição de Alvos (e ameaças) e Reconhecimento”. (BRASIL, 2014b, p. 3-21)

“As Op Info consistem na atuação, metodologicamente integrada, de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso.” (BRASIL, 2014b, p. 6-9)

A IP 30-1 divide a atividade de Inteligência em dois ramos: Inteligência (Intlg) e Contraineligência (C Intlg). Especifica a Inteligência como o ramo que abrange a atividade especializada, que é exercida permanentemente. Tem o objetivo de produzir conhecimentos de interesse do comandante de todos os níveis, sobre o terreno, inimigo e as condições meteorológicas, proporcionando as melhores condições para a tomada de decisões.

Diante do exposto, pode-se concluir

parcialmente que os novos recursos tecnológicos e de sistemas acessíveis à sociedade passaram a exercer influência direta no planejamento e na condução das operações militares, alterando, significativamente, as capacidades militares. Diante disso, a Inteligência tem papel preponderante dentro das Op Info para identificar lacunas e prioridades de informação como parte do processo de planejamento e condução das operações terrestres, identificando e coordenando as Necessidades de Inteligência (NI) para permitir uma melhor compreensão do ambiente operacional no apoio ao planejamento e a condução das Op.

2.2. A Operação HUMAITÁ

No escopo da Operação HUMAITÁ, a principal missão imposta à 17ª Bda Inf SI foi de prestar apoio logístico às ações da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), as quais constituíram uma Força Tarefa (FT) de investigação. O efetivo conjunto empregado por essa FT, pelo EB e pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM), apesar de variar constantemente, chegou a cerca de 500 (quinhentos) integrantes por dia. Os efetivos estavam distribuídos na cidade de Humaitá/AM, Santo Antônio do Matupi/AM e ao longo da BR-230 (Rodovia Transamazônica).

O 54º Batalhão de Infantaria de Selva (54º BIS) sediado na cidade de Humaitá/AM, foi a principal base de apoio para as operações desenvolvidas pela FT. O relacionamento com os segmentos da população da região ficou facilitado, em virtude da



presença e interação positivas do Batalhão com a comunidade local.

Embora a principal missão do EB fosse prover o apoio logístico para as agências, o Cmt da 17ª Bda Inf SI foi constantemente solicitado por autoridades locais sobre uma maior participação das tropas na Operação. Além disso, o Comandante Militar de um Teatro de Operações deve possuir, em todas as oportunidades, a consciência situacional para decidir com maior probabilidade de acerto. Assim, na Op HUMAITÁ a Inteligência atuou de forma a prover ao Comandante da Brigada com os conhecimentos necessários para atender suas necessidades de conhecer, bem como, a integração dos mesmos com as demais CRI para atender às demandas surgidas ao longo da Operação.

Esta Operação foi determinada pela Presidente da República (PR) e o Ministério da Justiça (MJ) ficou encarregado de conduzir as investigações. O Ministério da Defesa (MD) expediu a Diretriz Ministerial e o Comando de Operações Terrestres (COTER) emanou a Diretriz de Planejamento Operacional Militar (DPOM), de modo a fornecer o amparo necessário para o desencadeamento da Operação HUMAITÁ, em virtude das manifestações de populares que buscavam o início das investigações do desaparecimento de três civis, próximo à aldeia “Taboca”, na altura do km 125 da BR-230. Por diversas vezes, antes de localizarem os corpos, surgiram boatos difundidos por populares que diziam tê-los achado e convocando pessoas para manifestações, bem como,

para a invasão de aldeias indígenas. Nesse contexto, ainda coube à PF a incumbência de investigar as depredações ao patrimônio público, ocorridos durante os protestos na cidade de Humaitá/AM, no dia 25 de dezembro de 2013, quando cerca de duas mil pessoas ocuparam as ruas daquela cidade, requerendo o início das investigações.

A população não-indígena cobrava maior atuação e rapidez nas investigações conduzidas pelos órgãos federais. Parte deste público agia de forma agressiva em relação aos indígenas, chegando a invadir algumas aldeias situadas as margens da BR-230. Estes públicos, que representavam ameaças à ordem pública e ao desenrolar da Operação HUMAITÁ, foram acompanhados pela Inteligência. Outra parte, familiares e pessoas ligadas aos desaparecidos, buscavam as respostas para o ocorrido e a localização dos desaparecidos.

As mídias sociais, como o “Facebook”, e programas de mensagens, como o “Whatsapp”, foram largamente utilizados pela população local, constituindo-se em ameaças e, dessa forma, em possíveis objetivos para as estruturas de Inteligência voltadas para a exploração da fonte cibernética. O clima de instabilidade na região permaneceu durante toda a investigação, requerendo maior atuação das Forças de Segurança na prevenção e identificação das fontes de distúrbio, servindo de oportunidade de obtenção de dados por parte da Inteligência. Isso exigiu monitoramento constante, de modo a antecipar as possíveis ações agressivas, por parte de indígenas e não-indígenas insatisfeitos.



Por sua vez, os indígenas estavam reacios de irem à cidade de Humaitá/AM, temendo a reação de alguns populares. Evitavam ir ao comércio, permanecendo nas aldeias. Para viabilizar o auxílio aos indígenas, foi providenciado o transporte dos mesmos até a cidade, a cargo do 54º BIS. Houve, também, a entrega de cestas de alimentos, bem como, o atendimento de saúde, diretamente nas aldeias, permitindo garantir a segurança e o apoio logístico aos indígenas em suas aldeias.

A Inteligência, valendo-se de colaboradores na região, levantou que os indígenas da aldeia “Tenharim-Marmelo” ameaçavam o bloqueio da BR 230 (Rodovia Transamazônica), mediante a queima de pontes existentes naquela rodovia. Esta ameaça requereu atenção especial, de modo a permitir o andamento das investigações, uma vez que a BR 230 é a única ligação entre as aldeias.

O Cmt da 17ª Bda Inf SI permaneceu na Área de Operações, na maior parte do tempo. De posse dos dados levantados e utilizados na produção do conhecimento pela Inteligência, permitiu exercer a liderança estratégica nas reuniões que participou com autoridades locais, familiares dos desaparecidos, de coordenação da missão e com as lideranças indígenas, nas aldeias. Além disso, o Cmt Bda pode assessorar, com oportunidade, o Comandante Militar da Amazônia (Cmt Mil Amz), por ter o domínio integral das informações.

Da mesma forma, o Cmt Mil Amz esteve por vários dias no terreno, acompanhando os trabalhos realizados. Em virtu-

de disso, foi convidado pela Presidente da República (PR) a participar de uma reunião no Palácio do Planalto, em Brasília/DF, para tratar da referida Operação.

Após esta reunião, o Governo Federal enviou representantes do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (MMA), do Ministério do Desenvolvimento Sustentável e Combate à Fome (MDS), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria Especial da Presidência da República (SE/PR). Participaram de diversas reuniões com diferentes públicos e visitas a diferentes etnias, elencando ações a serem realizadas para o desenvolvimento sustentável da região, onde mais uma vez os conhecimentos de Inteligência foram essenciais para a compreensão do Ambiente Operacional por parte das agências estatais.

Ficou latente a diferença de interesses entre as etnias, durante a ida da comitiva às aldeias. Nas reuniões realizadas na aldeia “Marmelo”, representantes das etnias “Tenharim” e “Jiahoi”, mostravam-se apreensivos, exigindo o retorno da cobrança do pedágio na BR-230 ou de uma compensação financeira vitalícia, para toda a aldeia. Por outro lado, lideranças da etnia “Parintintin”, na aldeia “Traíra”, mostraram-se contrários à referida cobrança e seus anseios estavam ligados ao desenvolvimento sustentável de sua Terra Indígena (TI).

Mereceu destaque, também, o fato de que os indígenas mais jovens, na aldeia “Marmelo”, filmavam as reuniões, entre as autoridades e as lideranças indígenas,



com modernos *smartphones*. Foi percebida, também, a presença de integrantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e de repórteres estrangeiros. Todos esses atores, como se observa, buscavam o domínio da informação.

Com o andamento das investigações, a PF cumpriu mandado de prisão de cinco indígenas da etnia “Tenharim”. Dentre eles, dois filhos de Ivan Tenharim, cacique da aldeia “Taboca”, um professor municipal e um agente de saúde federal, acusados de participar da morte dos três desaparecidos. Cerca de quatro dias depois destas prisões, no dia 3 de fevereiro de 2014, foi encontrado o local onde foram enterrados os desaparecidos, próximo da aldeia “Taboca”.

Por intermédio do emprego pontual dos meios da função de combate Inteligência, pode-se cumprir uma das metas estabelecidas pela PF em um dos inquéritos instaurados, onde buscava-se solucionar o desaparecimento dos três civis. Apesar de ser um pleito dos familiares e de parte da população local, a prisão de suspeitos e a identificação dos corpos não pacificou a região. Problemas de toda a ordem permanecem e os ressentimentos continuam. Estas ameaças continuam a ser monitoradas pela Inteligência, de modo a produzir os conhecimentos oportunamente, facilitando a tomada de decisão dos Comandantes em todos os níveis.

Desta forma, conclui-se parcialmente que acompanhar a conjuntura num ambiente de tensão e interesses difusos e com ausência de diversos segmentos do Poder

Público Federal, é um desafio para a função de combate Inteligência e um ambiente rico para as Operações de Informação.

2.3. O Papel da Inteligência nas Operações de Informação e sua Integração com a Comunicação Social e Operações de Apoio a Informação

O acompanhamento das ações na região do conflito foi feita de maneira sistemática e contínua, por parte da função de combate Inteligência. A cobrança irregular do pedágio por parte dos indígenas da aldeia “Marmelo” teve início, em meados do ano de 2006, na altura do km 130 da BR 230. Os conhecimentos de Inteligência, desde então, já indicavam o descontentamento por parte da população local com a situação.

Outros fatos relevantes, que antecederam o desencadeamento da Operação HUMAITÁ, também foram obtidos pela função de combate Inteligência. A morte do Cacique Ivan Tenharim, em 3 de dezembro de 2013, e a divulgação de um texto na *internet*, por parte do Coordenador Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Humaitá/AM, no dia 6 daquele mês, foram os fatos que desencadearam a questão. Este último, em especial, teve repercussão negativa na região, ocasionando a exoneração daquele coordenador, em 10 de janeiro de 2014.

Os conhecimentos de Inteligência disponíveis permitiram antecipar o protesto dos familiares dos três desaparecidos, cobrando o início das investigações por parte das autoridades, e a consequente interdi-



ção da balsa que liga Humaitá/AM a Santo Antônio do Matupi/AM, no dia 24 de dezembro de 2013. O mesmo ocorreu com os desdobramentos nos dias posteriores, sendo esses: as depredações e incêndios na cidade de Humaitá/AM, levadas a efeito por manifestantes radicais; a fuga de indígenas para o aquartelamento do 54º Batalhão de Infantaria de Selva, pois estavam temerosos de serem mortos pelos manifestantes; a concentração de pessoas e veículos na altura do km 150 da BR 230, oriundos das cidades de Santo Antônio do Matupi/AM e Apuí/AM; e a queima de postos de pedágio na aldeia “Marmelo”, por parte desses manifestantes. Tudo isto, permitindo que a OM da localidade de Humaitá/AM adotasse as medidas necessárias para atender as demandas da crise instalada.

Paralelamente a isso, foi percebida a insatisfação por parte da população não-indígena, da região, pelo fato de as autoridades dedicarem maior atenção com a população indígena que estava acolhida nas instalações do 54º BIS, do que com os anseios dos primeiros.

A insatisfação da população não-indígena permaneceu constante ao longo de todo o período considerado. As reivindicações variavam desde a celeridade nas investigações, conduzidas pela PF, até a maior atenção para a região, por parte das autoridades locais e federais. As redes sociais eram utilizadas para a disseminação de boatos, como a localização dos corpos dos desaparecidos e convocação para outras manifestações, o que requereu a atenção devida da Inteligência no monitora-

mento desses meios.

A prisão, em 30 de janeiro de 2014, de cinco indígenas acusados de participação no homicídio e a ocultação dos corpos dos três desaparecidos, em 3 de fevereiro deste ano, próximo à aldeia “Taboca”, serviram para abrandar as expectativas da população local.

Todos estes levantamentos foram feitos com oportunidade pela Inteligência, contribuindo para o emprego adequado, por parte do Comandante da 17ª Bda Inf SI, nas ações de outras Capacidades Relacionadas à Inteligência (CRI), como as Operações de Apoio a Informação (OAI) e a Comunicação Social (Com Soc). Estas tinham condições de serem empregadas a todo instante, quer fosse para informar e esclarecer os públicos-alvo envolvidos na Operação HUMAITÁ, quer fosse para direcionar as ações para o fortalecimento da imagem do EB.

As OAI tiveram campo fértil para conduzir suas ações e, assim, contribuírem para a obtenção da superioridade da informação e apoiar a conquista de objetivos estabelecidos. A identificação das ameaças e das vulnerabilidades pela Inteligência possibilitou a execução de planos para atender às demandas surgidas ao longo da Operação HUMAITÁ.

Uma das principais ameaças identificadas foi a insatisfação da população local com a demora nas investigações da FT e com possíveis privilégios à população indígena. Constatada pelo acompanhamento sistemático das mídias sociais e *blogs*, também foi percebida por entrevistas a populares.



A tensão na região potencializou a importância da atuação de OAI para mostrar à população local que não houve favorecimento a indígenas ou a não-indígenas, e que a atuação do EB e da FT foi pautada pelo cumprimento aos dispositivos legais e pela missão imposta, sem beneficiamento unilateral. Em decorrência disso, foi estimulada a interlocução das autoridades com os cidadãos, ampliando o relacionamento com a imprensa e as lideranças locais, de modo a reduzir o ambiente de instabilidade na região. Foram implementadas, ainda, ações de OAI para reaproximar a população da cidade de Humaitá do 54º BIS, como, por exemplo, uma tocata da banda de música, daquela Organização Militar (OM), na praça principal da cidade.

Diante dos fatos que estavam ocorrendo, surgiram algumas necessidades de coordenação adicionais com os órgãos e agências participantes da Operação, em especial com a FT responsável pela investigação. Foi necessário um maior compartilhamento dos conhecimentos de Inteligência de ambas as Instituições, de modo a aumentar o grau de confiabilidade entre os envolvidos, colaborando para a implementação do banco de dados de Inteligência constantemente atualizado. Implementaram-se melhorias nas reuniões de coordenação para a solução dos problemas apresentados. No entanto, cabe um aprofundamento no tema para extrair as lições aprendidas e aplicar esses ensinamentos em futuras Operações Interagências.

O emprego adequado da função de combate Inteligência permitiu que o

Comandante da Brigada possuísse os conhecimentos necessários sobre as ameaças e as oportunidades que foram explorados pela equipe de Com Soc, do Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx). A equipe permaneceu na região, por cerca de dez dias, participando da Operação HUMAITÁ, propiciando uma melhor divulgação dos produtos e acompanhamento das ações, e possibilitando uma sensibilização eficiente e eficaz aos diversos públicos trabalhados.

O compartilhamento dos conhecimentos de Inteligência com a equipe de Comunicação Social viabilizou a publicação de notas de esclarecimento com os meios de imprensa local com oportunidade e seriedade. Facilitou, ainda, os contatos com os jornalistas na região, evitando a transmissão de informações divergentes e incorretas, sobre as ações das Instituições envolvidas na Operação.

Houve, também, a possibilidade de realizar *midia training* com as autoridades, antes dos seus pronunciamentos nos órgãos de imprensa e entrevistas, baseada nos conhecimentos de Inteligência disponíveis. Desta forma, a Com Soc teve sua capacidade de esclarecer e informar a população local sobre as atividades desenvolvidas potencializada, durante o período em que permaneceu na A Op.

Conclui-se parcialmente que, o aumento da rapidez na tomada de decisão, pelo Cmt, só foi possível em virtude da integração da Inteligência com outras CRI, principalmente as OAI e Com Soc, permitindo maior sinergia para identificar ame-



aças e oportunidades, bem como, obter superioridade da informação no Ambiente Operacional.

3. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A compreensão adequada do Ambiente Operacional atual evidencia o fato de que a resolução de futuros conflitos envolverá, cada vez mais, uma coordenação estreita entre todos os campos do poder e a integração de capacidades relacionadas ao domínio da informação, para a obtenção da superioridade da informação.

Essa integração visa proteger e defender os Sistemas de Informação, assegurando a sua disponibilidade, integridade, autenticidade e a confidencialidade. Com isso, cresce de importância a incorporação das Op Info nas estratégias e doutrinas militares convencionais.

A tendência de aumento dos conflitos assimétricos em ambientes urbanos e complexos gera a necessidade de dispor de forças flexíveis capazes de operar em qualquer tipo de ambiente operacional. A Operação HUMAITÁ permitiu o emprego de elementos especializados de Inteligência para o levantamento de dados e para a produção e difusão de conhecimentos, com oportunidade. Ainda que a missão principal imposta à 17ª Bda Inf Sl fosse o apoio logístico às Instituições responsáveis pelas investigações acerca do desaparecimento de três civis, era imperioso que o Comandante da Brigada tivesse a consciência situacional necessária ao acompanhamento das ações.

Neste contexto, a presença de equipes

com capacidades relacionadas à informação foi fundamental para a condução das ações por parte do Comandante dessa GU. A Inteligência fez o acompanhamento sistemático e oportuno dos acontecimentos, e as OAI e a Com Soc, de posse desses levantamentos, executaram ações para subsidiar a Operação em curso.

O trabalho realizado pelos meios da função de combate Inteligência em presença começou antes do desencadeamento da Operação. Os dados foram trabalhados com objetividade e amplitude, possibilitando a produção de conhecimentos precisos e oportunos para a melhor tomada de decisão por parte do Comandante da 17ª Bda Inf Sl. Durante todo o período, o trabalho de Inteligência permitiu a antecipação das ações e o conhecimento do *modus operandi* dos públicos-alvo que estavam na região.

Os conhecimentos de inteligência difundidos oportunamente às equipes de OAI e de Com Soc serviram de base para a correta avaliação dos públicos-alvo envolvidos e do que estava ocorrendo na região, colaborando para o arrefecimento da beligerância entre os atores. Dessa forma, a Inteligência, integrada as OAI e Com Soc, forneceu excelentes respostas operacionais e táticas ao comandante da GU. Embora as equipes de OAI e Com Soc tenham permanecido por um curto período na A Op, tiveram importante participação nas ações desenvolvidas durante a operação para complementar a atuação dos militares componentes da estrutura de inteligência da GU e dos demais órgãos presente nessa Op Interagências.



Finalmente, é possível concluir que o domínio da informação é o insumo básico do processo decisório e que, por conta de uma série de fatores atuais, ela está diretamente sujeita às dimensões que compõem o Ambiente Operacional. Na Op HUMAITÁ, pôde-se constatar que o emprego da função de combate Inteligência com antecedência na A Op garantiu às Forças uma elevada fidelidade na aquisição de objetivos, na identificação das ameaças e oportunidades na Área de Operações, facilitando o Comando e Controle. Além disso, a interrelação dessa capacidade com as CRI, Operações de

Apoio a Informação e Comunicação Social ensejou o entendimento de que com essas capacidades integradas e coordenadas, atuando em qualquer ambiente operacional, será possível aumentar a superioridade militar de informações.

Dessa forma, as Operações de Informação devem se constituir em instrumento do Comando para permitir a obtenção do resultado necessário e desejado sobre os objetivos, diminuindo o risco à Força e minimizando os efeitos colaterais sobre civis, infraestruturas críticas e instalações existentes no ambiente.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 31-D-03 Doutrina Militar de Comando e Controle**. 1ª ed. Brasília, DF: 2006.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **MD 35-G-01 Glossário das Forças Armadas**. 1ª ed. Brasília, DF: 2007.

_____. Ministério da Defesa. **EB 20-MC-10.201 Operações em Ambiente Interagências**. 1ª ed. Brasília, DF: 2013.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB 20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre**. 1ª ed. Brasília, DF: 2014a.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB 20-MF-10.103 Operações**. 4ª ed. Brasília, DF: 2014b.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB 20-MF-10.213 Operações de Informação**. 1ª ed. Brasília, DF: 2014c.

_____. Exército. Comandante do Exército. Portaria nº 008, de 29 de abril de 2005: **Aprova a Diretriz para a Integração de Dados Oriundos das Diversas Fontes para Produção do Conhecimento de Inteligência Militar**. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 447, de 05 de abril de 2005: **Dispõe Sobre a Política Normativa de Meteorologia de Defesa**.

_____. Exército. Estado-Maior. **IP 30-1: A Atividade de Inteligência Militar -2ª Parte: A Inteligência Nas Operações Militares**. 1. ed. Brasília, DF, 1999.

EUA. Department of the Army. **FM 100-3 INFORMATION OPERATIONS**. Washington, DC, 1996.

MANDARINO Jr, Raphael. **Segurança e Defesa do Espaço Cibernético Brasileiro**. Recife: Cubzac, 2010a.

_____. **Livro Verde de Segurança Cibernética no Brasil**. Brasília, DF: GSIPR/SE/DSIC, 2010b

POLÍCIA FEDERAL, Comunicação Social da PF em Rondônia . **“Nota à Imprensa – Operação Humaitá”**. 31 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://odescortinardaamazonia.blogspot.com.br/2014/01/nota-imprensa-operacao-humaita.html>. Acesso em 25 ABR 14.